



BANCO BARI DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS S.A.

CNPJ: 00.556.603/0001-74 - Avenida Sete de Setembro, 4781 Conj. 02 - Água Verde - Curitiba/PR Telefone: (41) 3017-7777 | Fax: (41) 3017-7788

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas,

Visão Corporativa

A Administração do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., banco múltiplo privado de capital fechado, líder do Conglomerado Prudencial Bari, composto, adicionalmente, pelas controladas Bari Companhia Hipotecária e Bari Securitizadora S.A., submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as respectivas Demonstrações Financeiras, incluindo o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O Banco é especializado em dois produtos, quais sejam: crédito consignado e crédito imobiliário, este com derivações, como financiamentos para aquisição de imóveis, compra de carteiras de recebíveis imobiliários e empréstimos com garantia de imóveis.

Iniciativas Inovadoras

O Banco Bari obteve autorização do Banco Central do Brasil para constituir duas novas carteiras operacionais, comercial e de crédito imobiliário, que se juntaram às anteriormente concedidas de investimento e de crédito, financiamento e investimentos. Em decorrência, concluímos as providências em dezembro último para implementação de conta corrente em nossa gama de produtos, com início operacional na primeira quinzena de janeiro do corrente ano. As vantagens daí resultantes serão expressivas para os correntistas, com acessos a novas ferramentas antes inacessíveis. Em outro campo, avançamos em ações para consolidar o conceito de banco digital, com a evolução de medidas que resultaram em aperfeiçoamentos no cartão "Bari Card", em parceria com a bandeira Elo, e avanços em novas opções inerentes à conta digital, que encerrou o exercício com cerca de 250 mil contas e previsão de importante expansão no próximo exercício. Espera-se que o Banco, assim, continue sua evolução operacional, diversificando seus negócios.

Área Administrativa

Coroando diversas iniciativas adotadas para tornar o Banco uma instituição moderna e que valoriza o seu contingente de colaboradores, tais como: a) o "onboarding" para os novos funcionários, onde conhecem, em linhas gerais, as atividades diversas de que nos ocupamos previamente ao início efetivo das tarefas para as quais foram designados; b) reuniões remotas regulares, aberta a todo o quadro, com transparência para informar o desenvolvimento das ações adotadas nas diversas operações que cursamos, e c) atingimento de metas estabelecidas, entre outras, obtivemos, em agosto/2021 a certificação "Great Place to Work", em que fomos relacionados entre as melhores empresas do Paraná para trabalhar, o que foi motivo de orgulho não só para a Administração mas também para o quadro funcional. Adicionamos que todo o layout do Conglomerado foi alterado, tornando os diversos ambientes mais descontraídos e incentivadores a uma maior produtividade, seguindo diretrizes modernas do mercado, com fixação de mensagens nas salas que estimulam ao atingimento do acima exposto.

Destaque Operacionais

Apresentamos, a seguir, os números alcançados (R\$ mil), que mostram a evolução ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 comparado com o alcançado em 31 de dezembro de 2020:

	2021	2020
a) Patrimônio Líquido:	136.500	120.441
b) Ativos de crédito:	631.469	373.050
c) Captação:	754.426	405.853
d) Índice de Basileia:	15,03	19,71
f) Lucro líquido do exercício:	10.526	33.333

Vale ressaltar que o lucro líquido, enquanto em nível que ainda julgamos positivo, absorveu impactos internos e externos, como o representativo investimento para a introdução do banco digital em nossa plataforma e aqueles decorrentes do cenário macroeconômico desafiador experimentado, em razão de medidas adotadas pelas Autoridades Monetárias para mitigar os efeitos da pandemia. Por outro lado, as seguidas elevações da taxa Selic estimularam a busca por alternativas para oferecimentos de aplicações financeiras rentáveis aos nossos clientes, de molde a manter a atratividade dos títulos de nossa emissão, o que resultou em expansão significativa da carteira, conforme demonstrado no quadro acima. Realçamos ainda, como pontos positivos, a inadimplência ter se mantido em nível tolerável, com destaque para as renegociações empreendidas, e a normal continuidade das áreas operacionais ainda que com forte contingente do Banco atuando em regime de "home office". Por fim, adicionamos como fatores auspiciosos, o incremento significativo do quantitativo de propostas de créditos recebidas e aprovadas, no crédito imobiliário, e originações crescentes no crédito consignado ocorridas durante o exercício de 2021.

No tocante a títulos disponíveis para atender aplicadores, o Banco possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01, do Bacen.

Aos acionistas está assegurado dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, conforme consta em clausula do estatuto social. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme a política de distribuição de dividendos o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro. Os dividendos não obrigatórios são

destinados através de ata da assembleia geral extraordinária do início do exercício seguinte ou por ata da próxima assembleia geral ordinária. Mais informações sobre dividendos e juros sobre capital próprio estão na nota explicativa 19.c.

Medidas Decorrentes da Covid-19

Permanecemos com todas as cautelas necessárias, em consonância com as recomendações das áreas médicas, para preservação da saúde, física e mental, de nossos colaboradores e extensiva aos clientes, quando aplicável. Insistimos, nessa linha, canais de comunicação com recursos virtuais para manter o quadro funcional motivado e atualizado. Assim, as normas expedidas no exercício pelos Órgãos Reguladores foram disseminadas prontamente e houve incentivos à participação via remota em treinamentos e em reuniões de serviços para o alcance de melhores práticas negociais.

Agradecimentos

A Administração do Banco Bari vem agradecer aos acionistas, clientes, fornecedores, e parceiros a confiança depositada e ressaltar o desempenho de nossos colaboradores, que possibilitou o resultado alcançado para o exercício de 2021, a demonstrar, após dois anos de desafios conjunturais, com impactos diversos, consonte acima abordados, que os rumos empreendidos na gestão se encontram em linha com os princípios consagrados no mercado, em especial na área digital, e colocam a instituição na modernidade requerida pela sociedade.

Curitiba (PR), 24 de março de 2022.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020		Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante		271.817	188.107	Passivo Circulante		297.512	105.826
Disponibilidades	4	1.261	572	Depósitos e demais instrumentos financeiros		246.166	60.312
Instrumentos financeiros		240.058	178.426	Depósitos		177.052	26.578
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		104.141	92.871	Depósitos a prazo	11.a	162.575	24.896
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	79.097	30.400	Outros depósitos	11.b	14.477	1.682
Carteira própria	5.a	2.425	56.543	Obrigações por operações compromissadas		1.291	-
Vinculados a compromisso de recompra	5.b	1.292	-	Carteira própria	11.c	1.291	-
Vinculados a garantia de operações	5.c	21.327	5.928	Recursos de aceites de emissão de títulos		64.639	33.734
Operações de crédito		135.918	85.555	Recursos de aceites cambiais	11.d	2.603	33.166
Operações de crédito - setor privado	6	143.611	87.798	Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias		62.036	568
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(7.693)	(2.243)	Instrumentos financeiros derivativos		4.475	-
Outros ativos financeiros		29.352	9.103	Instrumentos financeiros derivativos	5.d	4.475	-
Outros ativos		1.145	6	Outras obrigações		50.055	45.514
Não circulante		675.343	390.783	Cobrança e arrecadação de títulos semelhantes		515	44
Realizável a longo prazo		554.989	305.750	Sociais e estatutárias	12	5.360	13.163
Instrumentos financeiros		528.045	298.799	Fiscais e previdenciárias	13	982	1.091
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		43.665	16.751	Diversas	14	43.198	31.216
Carteira própria	5.a	42.452	16.751	Não circulante		513.148	352.623
Vinculados a compromisso de recompra	5.b	281	-	Exigível a longo prazo		513.148	352.623
Vinculados a garantia de operações	5.d	932	-	Depósitos e demais instrumentos financeiros		511.444	352.349
Operações de crédito		484.380	282.048	Depósitos	11.a	389.016	282.166
Operações de crédito - setor privado	6	487.858	285.252	Depósitos a prazo		389.016	282.166
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(3.478)	(3.204)	Recursos de aceite de emissão de títulos		122.428	63.375
Créditos tributários		25.734	6.431	Recursos de aceites cambiais	11.d	2.561	12.031
Outros ativos financeiros		710	20	Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias		119.867	51.344
Outros ativos financeiros	7	1.037	347	Instrumentos financeiros derivativos		-	6.808
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(327)	(327)	Instrumentos financeiros derivativos	5.d	-	6.808
Outros ativos		500	500	Outras obrigações		1.704	274
Outros ativos	8	1.250	1.250	Fiscais e previdenciárias	13	1.469	-
Provisão para redução ao valor recuperável		(750)	(750)	Diversas	14/15	235	274
Permanente		120.354	85.033	Patrimônio líquido		136.500	120.441
Investimentos		92.209	70.474	Capital	16.a	82.000	50.000
Investimentos em participações em coligadas	9	92.206	70.471	De domiciliados no país		82.000	50.000
Outros investimentos		3	3	Reservas de lucros		55.017	70.387
Imobilizado de uso		2.089	1.978	Ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado		(517)	54
Outras imobilizações de uso		3.549	3.163	Total do passivo		947.160	578.890
Depreciações acumuladas		(1.460)	(1.185)				
Intangível		26.056	12.581				
Ativos intangíveis	10	35.069	15.549				
Amortização acumulada		(9.013)	(2.968)				
Total do ativo		947.160	578.890				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Total
			Legal	Estatutária / Especial			
Saldos em 1 de janeiro de 2020	50.000	-	3.056	43.795	-	-	96.851
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	54	-	54
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	33.333	33.333
Destinações:							
Constituição de reserva	-	-	1.667	21.869	-	(23.536)	-
Juros sobre capital próprio	16	-	-	-	-	(4.717)	(4.717)
Dividendos	16	-	-	-	-	(5.080)	(5.080)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	50.000	-	4.723	65.664	54	-	120.441
Mutações do exercício	-	-	1.667	21.869	54	-	23.590
Saldos em 1 de julho de 2021	50.000	32.000	5.571	55.886	(321)	-	143.136
Aumento de capital		32.000	-	-	-	-	32.000
Ajustes de avaliação patrimonial		-	(32.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	(196)	-	(196)
Destinações:							
Constituição de reserva	-	-	-	(6.443)	-	6.443	-
Juros sobre capital próprio	16	-	-	-	-	-	-
Dividendos	16	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	82.000	-	5.571	49.446	(517)	-	136.500
Mutações do exercício	32.000	-	-	(6.440)	(196)	-	(6.636)
Saldos em 1 de janeiro de 2021	50.000	-	4.723	65.664	54	-	120.441
Aumento de capital	16	32.000	-	-	-	-	10.131
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	(21.869)	-	-	(571)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	(571)	-	10.526
Destinações:							
Constituição de reserva	-	-	666	5.833	-	(6.499)	-
Juros sobre capital próprio	16	-	-	-	-	(2.799)	(2.799)
Dividendos	16	-	-	-	-	(1.228)	(1.228)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	82.000	-	5.389	49.628	(517)	-	136.500
Mutações do exercício	32.000	-	666	(16.036)	(571)	-	16.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Valores expressos em reais - R\$ mil, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. ("Banco"), constituído sob a forma de banco múltiplo, com duas carteiras: a) Investimentos; e b) crédito, financiamento e investimentos, atua com ênfase no crédito pessoal e serviços públicos de estados e municípios, beneficiários do INSS com desconto consignado em folha de pagamento, representando parcela preponderante do total de créditos, a que se somam empréstimos a pessoas físicas e jurídicas e com e sem garantias de bens e empréstimos para capital de giro. As operações de crédito consignado mostram a postura conservadora da sociedade, com concentração em comércios com órgãos públicos que não apresentaram atrasos nos repasses dos descontos efetuados e consequente nível reduzido de inadimplência. Está localizado na Av. Sete de Setembro, nº 4781, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras

A declaração da pandemia da COVID-19 desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas. Incluindo o quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população. No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo das localidades em que o Banco possui maior atuação, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de shoppings, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo e geração de renda. Desde o início da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), o Banco manteve reserva de caixa, para honrar com suas obrigações, não tendo necessidade de captação adicional no mercado ou através de aumento de capital. O Banco promoveu as renegociações, com prorrogação de prazo de pagamento de parcelas, e alguns casos concedeu carência, para aqueles clientes que tiveram impacto direto com a pandemia. Mesmo diante desse cenário, não observou-se impactos relevantes nos índices de inadimplência por conta da pandemia, até o encerramento do exercício de 2021.

O Banco mantém a preocupação com a saúde dos seus colaboradores, clientes e fornecedores, bem como a continuidade das operações de maneira segura.

Por este motivo, decidimos adotar o trabalho de forma híbrida, sendo alguns dias da semana trabalho nas dependências do Banco e outros em home office, por que colaboradores que estejam no grupo de risco, o trabalho está sendo integralmente home office, estabelecendo todos os protocolos de segurança sanitária instituídos pelos órgãos de saúde, diante da disseminação do vírus.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

a. Base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, adaptadas às

instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis no 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis no 11.638/07 e no 11.941/09.

Em 27 de maio de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.911 que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2022 e propõem alterações nos documentos e divulgações a serem realizados pela Companhia. A Companhia está em processo de adaptações da Resolução, a qual determina a extinção dos documentos a seguir:

- Balancete e Balanço - sede e dependência (documentos 4020 e 4026);
- Balancete Patrimonial Analítico - Posição Consolidada de Dependências e Participações Societárias no Exterior (documento 4343);
- Balancete e Balanço do Conglomerado Financeiro (documentos 4040 e 4046);
- Balancete Patrimonial Analítico - Posição Individual de Participação Societária no Exterior (documento 4313) será simplificado;

- Demonstrações Financeiras Conglomerado Prudencial com Notas Explicativas/ Parecer do Auditor.

A Resolução mantém a obrigatoriedade de publicação dos documentos:

- Balancete Patrimonial Analítico - Conglomerado Prudencial, com periodicidade mensal (CADCOC 4060);
- Balanço Patrimonial - Conglomerado Prudencial, com periodicidade trimestral (CADCOC 4066), para as datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro; e

- Relatório do Conglomerado Prudencial, com periodicidade trimestral, para as datas-bases de 30 de junho e 31 de dezembro (o qual ainda será objeto de maior detalhamento por parte do regulador).

Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que a Companhia, está em processo de avaliação de impacto e alterações necessárias para sua implementação.

A Resolução CMN nº 4.967, que foi publicada em novembro de 2021, determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidência de contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado, essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022. Foi realizada a avaliação e análise por parte da Companhia, cujo resultado demonstrou que não há impactos e procedimentos a serem estabelecidos.

Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2025. Esse normativo não tem impacto na Companhia.

b. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 3 g e 6.b - critério de provisionamento: mensuração para perda esperada associada ao risco de crédito;
- Administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do Banco, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião 24 de março de 2022.

c. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada "Ajustes com títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Títulos mantidos até o vencimento: Compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações contábeis.

Títulos para negociação: compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

As operações com derivativos, representados por operações de swap, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes desses contratos de swap são apurados diariamente por tipo de ativo e os respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período, seja semestre e/ou exercício.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Operações de crédito, depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos

As principais operações de crédito do Banco são compostas por operações de crédito consignado com descontos em folha de pagamento e empréstimos a pessoas físicas.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate/liquidação, e as receitas e as despesas correspondentes a períodos futuros são registrados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados:(i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

É considerada a contagem em dobro para os contratos com prazos vencendo superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito controladas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma descendente, a partir do nível "A", conforme critérios da Resolução 2.697/00 CMN.

As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As rendas com operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

Adicionalmente, o Conselho Monetário Nacional, por intermédio da Resolução nº 4.803 de 09 de abril de 2020, que dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito das operações negociadas, devido a pandemia da Covid-19, permitindo às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, reclassificar para o nível em que estavam classificadas no dia 29 de fevereiro de 2020, as operações negociadas no período de 1º de março a 30 de setembro de 2020, nos termos do § 3º do art. 8º da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

e. Outros ativos

Correspondem, basicamente, a bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso referem-se a imóveis disponíveis para venda e as despesas antecipadas correspondem a benefícios que ocorrerão em períodos futuros.

f. Investimentos

Os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Outros investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da provisão para redução ao seu valor de realização.

g. Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens do Banco.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*. As taxas de depreciação anuais são:

	Taxa - %
Equipamentos de informática	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%
Sistema de transporte	20%

h. Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas anuais como segue:

	Taxa - %
Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	20% e 25%

O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo intangível não superam seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.

i. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro-rata" dia).

j. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

k. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

Provisões - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda prováveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.

Depósitos judiciais - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro Líquido

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A contribuição social sobre o lucro foi constituída à alíquota de 15% para 2020 com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Banco espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

m. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira de acordo com a Resolução BC nº 2/2020 em seu artigo 34 e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes do Banco assume-se que o lucro líquido do Banco no exercício de 2021 no montante de R\$ 10.526 (lucro líquido de R\$ 33.333 no exercício de 2020), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

n. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações.

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Depósitos bancários	8	49
Reservas livres	1.197	322
Disponibilidades em moeda estrangeira	56	201
Total de disponibilidades	1.261	572

Operações compromissadas - Posição bancada

Letras Financeiras do Tesouro	79.097	30.400
-------------------------------	--------	--------

Total de caixa e equivalentes de caixa

	80.358	30.972
--	---------------	---------------

As aplicações interfinanceiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	2021		2020	
	Tx.	Curto Prazo	Tx.	Curto Prazo
DI (pré)	9,15% a.a.	79.097	1,90% a.a.	30.400
Total		79.097		30.400

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

a. Títulos e valores mobiliários - carteira própria

	2021		2020	
	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado	
Letra Financeira do Tesouro - LFT	01/09/2022 a 01/03/2026	32.712	32.844	(132)
Debêntures	21/09/2022 a 15/11/2022	1.303	1.303	
Certificado de recebíveis imobiliários	13/05/2038	10.862	11.664	(802)
Total		44.877	45.811	(934)

	2020		2021	
	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado	
Letra Financeira do Tesouro - LFT	01/03/2021 a 01/03/2024	63.650	63.677	(27)
Debêntures	16/03/2020 a 15/11/2022	3.695	3.764	(69)
Certificado de recebíveis imobiliários	12/01/2030	5.949	5.753	195
Total		73.294	73.194	99

b. Títulos e valores mobiliários - valores vinculados a operações compromissadas

	2021		2020	
	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado	
Debêntures*	17/01/2022 a 27/01/2022	1.292	1.292	-

*Não há valores comparativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

c. Títulos e valores mobiliários - valores em garantia de operações - mantido até o vencimento

	2021		2020	
	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado	
Letra Financeira do Tesouro - LFT	01/09/2022 a 01/03/2023	21.608	21.616	(8)

Letra Financeira do Tesouro - LFT

	2020		2021	
	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado	
Letra Financeira do Tesouro - LFT	01/03/2021	5.928	5.928	-

d. Instrumentos financeiros derivativos

A carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de "swap", envolvendo outras instituições financeiras, os quais estão registrados na Central de Custódia e liquidação Financeira de Títulos - B3. Esses contratos são utilizados para proteção de parte da carteira de empréstimos (corrigidos pelo CDI), conforme demonstrada a seguir:

	2021		2020	
	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado	
Posição ativa				
IPC	17/06/2024	30.000	30.979	342
IPCA	16/06/2025	20.000	20.653	590
IPCA	16/06/2025	50.000	55.489	5.489
Pré-Fixada	01/07/2022	-	-	53.152
Total	100.000	107.121	932	53.152

	2020		2021	
	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado	
Posição passiva				
CDI	17/06/2024	30.000	30.390	-
CDI	16/06/2025	20.000	20.310	-
CDI	01/07/2022	50.000	59.964	(4.475)
Total	100.000	110.664	(4.475)	(6.808)

e. Resultado com aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

	2º semestre/2021		2021		2020	
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez			50	535		
Rendas de aplicações em operações compromissadas			3.408	4.089	890	
Desajuste na colocação de títulos			(456)	(802)	(555)	
Rendas em participações societárias			3.239	3.239	-	
Rendas em fundos			-	-	417	
Resultado com títulos de renda fixa			2.834	4.493	2.132	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos			1.498	3.265	(3.508)	
Total			10.523	14.344	(89)	

6 Operações de crédito e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação:

	2021		2020	
	Carteira	Distrib.	Carteira	Distrib.
Crédito pessoal e CDC	2.130	0,34%	142	0,04%
Crédito pessoal consignado	332.109	52,59%	246.335	66,03%
Capital de giro	1.131	0,18%	1.663	0,45%
Cartão de crédito	5.924	0,94%	123	0,03%
Empréstimos com garantia	255.944	40,53%	67.438	18,08%
Financiamentos	-	-	77	0,02%
Outros	166	0,03%	-	-
Financ. imob. empreend - aquisição	1.990	0,32%	10.150	2,72%
Financ. imob. resid. - aquisição	28.399	4,50%	43.845	11,75%
Financ. imob. resid. - construção	3.676	0,58%	3.277	0,88%
Total	631.469	100,00%	373.050	100,00%

	2021		2020	
	Carteira	Distrib.	Carteira	Distrib.
Circulante	143.611	22,59%	87.798	23,53%
Não circulante	487.858	77,41%	285.252	76,47%

b. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

b.1 Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

	2º Semestre/2021		2021		2020	
Saldo inicial semestre/exercício	(7.043)	(5.447)	(4.732)			
Constituição líquido de reversões	(6.315)	(9.934)	(4.997)			
Baixa para prejuízo	2.197	4.210	4.282			
Saldo final semestre/exercício	(11.171)	(11.171)	(5.447)			
Circulante	(7.693)	(7.693)	(2.243)			
Não circulante	(3.478)	(3.478)	(3.204)			

Foram registrados na rubrica contábil "recuperação de créditos baixados como prejuízo", no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 444 e R\$ 870, respectivamente (R\$ 1.318 em 2020).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco efetuou as seguintes operações:

(i) refinanciadas, totalizando R\$ 160.689 (R\$ 97.626 em 2020) e;

(ii) renegociadas totalizam o em R\$ 3.999 (não há valores comparativos em 2020).

Estas operações estão classificadas de acordo com a Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

b.2 Prazo de realização dos contratos, por vencimento das parcelas

	2021		2020	
Até				

(a) Referem-se a:
(i) parcelas de operações de crédito recebidas, as quais são conciliadas e baixadas no mês subsequente no montante de R\$ 1.989 (R\$ 3.096 em 2020).
(ii) contratos a liberar e compra de carteira R\$ 16.438 (R\$ 19.704 em 2020).
(iii) Credores bandeira Elo R\$ 19.164 (R\$ 2.456 em 2020). e
(iv) outros credores pulverizados R\$ 467 (R\$ 674 em 2020).
15 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias
a. Ativos contingentes
No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram reconhecidos ativos contingentes, assim como não existem processos classificados como prováveis de realização.
b. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas
Os valores dos riscos são provisionados considerando o histórico de perda por natureza e as análises individuais dos processos realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos, que classificam os processos, por potencial de perda, provável, possível e remoto. Para os processos classificados com risco de perda provável o Banco efetua provisão de 100% dos saldos do risco de perda dos processos.
c. Provisão constituída e as respectivas movimentações no exercício
Em 31 de dezembro de 2021, o Banco possui contabilizada provisão para ações cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 235 (R\$ 274 em 2020), registrada na rubrica "Outras obrigações - Diversas", conforme movimentação demonstrada abaixo:

	Saldo no início do período		Constituição	Reversão	Pagamentos	Saldo no final do período
Cíveis	119	-	66	(27)	(17)	141
Trabalhistas	155	-	-	(61)	-	94
Total - 31/12/2021	274	-	66	(88)	(17)	235
Total - 31/12/2020	235	-	955	(436)	(480)	274

Em dezembro de 2021 e 2020, não existiam processos de natureza fiscal com risco de perda classificados como provável.
d. Passivos Contingentes
Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e estão representados, em 31 de dezembro de 2021, os processos de natureza cível classificados como possíveis totalizam R\$ 1.003 (R\$ 1.410 em 2020).
O Banco possui processos de natureza trabalhistas classificados como risco de perda possível, em 31 de dezembro de 2021.

d. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio
O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Conciliação Dividendos e JCP a pagar	Vir. Prov.	Vir. IRRF	Vir. Liq. Pagar	Valor pago em períodos anteriores	Valor Pago exercício corrente	Residual a pagar	Data Pagto	Deliberado por
Juros sobre capital próprio - JCP - 2019	5.040	(756)	4.284	(1.448)	(1.567)	1.229	Pagto parcial em 16/05/2019, 12/01/2021 e 30/04/2021	24º AGO 30/04/2020
Dividendos propostos em 2018	758	-	758	(744)	(14)	-	Pagto parcial em 16/05/2019 e 12/01/2021	23º AGO 30/04/2019
Dividendos propostos em 2019 (*)	991	-	991	-	(991)	-	12/01/2021	24º AGO 30/04/2020
Dividendos propostos em 2020 (*)	5.080	-	5.080	-	(5.080)	-	30/04/2021	25º AGO 30/04/2021
Juros sobre capital próprio - JCP - 2020 (*)	4.717	(708)	4.009	-	(4.009)	-	30/04/2021	25º AGO 30/04/2021
Juros sobre capital próprio - JCP - Junho 2021	2.800	(420)	2.380	-	-	2.380	-	Não deliberado
Dividendos propostos em junho 2021	1.228	-	1.228	-	-	1.228	-	Não deliberado
Total					(11.661)	4.837		

*Valores de dividendos e juros sobre capital pagos em 30 de abril de 2021 foram capitalizados com aumento de capital, deliberado na 25ª AGO.

d.1 Cálculo para constituição de dividendos mínimos obrigatórios

	2021	2020
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (%)		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	10.526	33.333
Reserva legal (5%)	(666)	(1.667)
Juros sobre o capital próprio (JCP)	(2.799)	(4.717)

Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios
Dividendos mínimos obrigatórios (25% conforme estatuto social) (a) **7.061** (6.737) **26.949**

(a) A Resolução nº 4.885 do Conselho Monetário Nacional de 23 de dezembro de 2020, alterou a Resolução 4.820 de maio de 2020, tornando possível a distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos mínimo obrigatório de acordo com o estatuto da entidade, respeitando o percentual máximo de distribuição de 30% do lucro líquido. A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios foram reduzidos devido a limitação proposta na resolução supramencionada considerando a distribuição já realizada do Juros sobre capital próprio.

17 Transações entre partes relacionadas

	2021		2020	
	Direitos / (obrigações)	Receitas (Despesas)	Direitos / (obrigações)	Receitas (Despesas)
Pessoas físicas				
LC, LCI e CDB (a)	(93.101)	-	(3.961)	(38.725)
Operações de crédito	295	-	-	-
Saldos em conta pagamento	(328)	-	-	-
Remuneração administradores	-	-	(737)	-
Juros sobre capital próprio/dividendos	(3.121)	-	(5.865)	-
Controladas (a)				
Serviços prestados a receber	-	26	-	-
Aplicação Interfinanceira	-	-	(102)	-
Utilização de Estrutura Compartilhada	371	-	3.301	213
Saldo em conta pagamento	(71)	-	-	-
Dividendos e JCP	4.040	-	1.664	-
Reembolso	269	-	-	-
LC e CDB (a)	(6.270)	-	(369)	(8.261)
Pessoas jurídicas				
Antecipações de recebíveis	-	-	-	13
Desenvolvimento de software	(1.462)	-	(6.048)	(1.246)
Juros sobre capital próprio/dividendos	(1.716)	-	-	(3.224)
Saldos em conta pagamento	(22)	-	-	-
LC, LCI e CDB (a)	(56.008)	-	(3.000)	(35.988)
Prestação de serviços administrativos e cobrança(b)	(1.351)	-	(17.568)	(1.533)
Aluguel comercial	-	-	(146)	-
Utilização de Estrutura Compartilhada	-	-	-	(166)
(c)	140	-	195	2

Informações adicionais:
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco alienou parte da carteira de crédito para a relacionada, Bari Securitizadora S.A., através dos patrimônios em separado, para emissão de CRI no montante de R\$ 167.774 (R\$37.827 em 2020). Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

As transações foram realizadas de acordo com condições determinadas por políticas para transações entre partes relacionadas deste Grupo.

* São partes relacionadas pessoa jurídica, as seguintes empresas: (i) Bari Companhia Hipotecária, (ii) Bari Securitizadora S.A. (iii) Bari Service de Crédito Ltda.; (iv) Bordin Administração e Incorporação Ltda.; (v) Bariqúi Veículos Ltda.; (vi) Central Brasileira de Cobrança Ltda.; (vii) Brasil Cards Serviços Financeiros Ltda.; (viii) Bariqúi Gestão de Recursos Ltda.; (ix) Enio Fornea & Cia Ltda.; (x) Center Automóveis Ltda.; (xi) Espaço Automóveis Ltda.; (xii) GFA Incorporações Ltda.; (xiii) Amambay Participações Ltda.; (xiv) Fórmula Automóveis Ltda.; (xv) Instituto Bariqúi; (xvi) Marumbi Investimentos Ltda.; (xvii) Bari Tecnologia e Serviços de Informática Ltda.; (xviii) BariSeg Corretora de Seguros Ltda.; (xix) Bari Serviços de Apoio a Escritórios Ltda.; (xx) EZN Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda.

(a) Controladas: Bari Companhia Hipotecária, Bari Securitizadora S.A. Bariqúi Gestão de Recursos Ltda.

(b) Prestação de serviços referem-se a: serviços de correspondente bancário, assessoria de cobranças, assessoria administrativa.

(c) As partes relacionadas celebraram um Contrato de Prestação de Serviços Operacionais com o objetivo de compartilhar custos de natureza administrativa e técnica em virtude de possuírem uma mesma estrutura administrativa.

a. Política de remuneração
O Banco remunera quatro membros de sua Diretoria Executiva, atendendo a Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Os membros da diretoria executiva tem remuneração de natureza fixa e variável. O valor no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está representado por R\$ 441 e R\$ 737 respectivamente (R\$ 435 em 2020).

18 Rendas de prestação de serviços

	2º Semestre/2021	2021	2020
Confecção de cadastro pessoa física e jurídica	1.722	3.339	1.164
Rendas de comissão de colocação de títulos	1.266	8.055	2.917
Utilização de canais de atendimento prioritário	17	25	1
Rendas de outros serviços	1.617	1.988	48
Total	4.622	13.407	4.130

19 Despesas tributárias

	2º Semestre/2021	2021	2020
Despesa de PIS	(213)	(466)	(322)
Despesa de COFINS	(1.312)	(2.865)	(1.982)
Despesas de ISS	(231)	(331)	(143)
Outros	(168)	(298)	(207)
Total	(1.924)	(3.960)	(2.654)

20 Outras despesas administrativas

	2º Semestre/2021	2021	2020
Despesas com serviços terceirizados (a)	(18.386)	(37.113)	(13.309)
Despesas de processamento de dados	(6.964)	(13.017)	(7.052)
Despesa com serv. téc. Especializados	(3.960)	(7.056)	(4.087)
Despesas com propaganda e publicidade	(10.501)	(16.789)	(2.343)
Despesas com amortização/depreciação	(3.896)	(6.393)	(2.845)
Despesas de comunicação	(2.034)	(3.455)	(680)
Despesas serviço sistema financeiro	(1.723)	(2.350)	(471)
Despesas de aluguel comercial	(216)	(453)	(346)

2021, no montante de R\$ 7 (R\$ 69 em 2020).

Não há processos de natureza fiscal classificados como risco de perda possível.

16 Patrimônio líquido

a. Capital Social
Em 30 de abril de 2021, os acionistas deliberaram em AGO/AGE sobre a capitalização das reservas, dividendos destacados e juros sobre capital próprio provisionados (vide nota d), para aumento de capital no montante de R\$ 32.000, sendo R\$ 21.869 com incorporação de reservas, R\$ 5.080 com dividendos e R\$ 5.051 com juros sobre o capital próprio, homologado em 29 de julho de 2021, pelo Banco Central do Brasil.

Em 17 de dezembro de 2020, a acionista Maria Tereza Fornea Caron, alienou sua participação societária (1.735 ações ordinárias) para Enio Fornea Junior no valor de R\$ 1.735.

O valor do capital social é R\$ 82.000 (oitenta e dois milhões de reais), sendo R\$ 80.360 (oitenta milhões, trezentos e sessenta reais) em ações ordinárias e nominativas e R\$ 1.640 (um milhão seiscientos e quarenta mil de reais) em ações preferenciais nominativas.

Acionistas	Participação %	Total ações
Bordin Administração e Incorporações Ltda.	35,4751%	29.089.582
Enio Fornea Junior	11,7635%	9.646.070
Ivo Luiz Roveda	24,1869%	19.833.258
Antonio Bordin Neto	6,9745%	5.719.090
Evaldo Leandro Perussolo	2,0000%	1.640.000
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	19,6000%	16.072.000
Total	100,0000%	82.000.000

b. Reserva legal
Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

c. Reserva estatutária
A reserva estatutária refere-se à reserva para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido do Banco, podendo ser convertida em capital social por deliberação em assembleia, observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta feita em assembleia, com até 100% do lucro líquido que remanecer após as destinações para reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

Despesas judiciais e cartório (211) (404) (190)
Despesas com consultas SPC/Serasa (2.723) (3.812) (270)
Despesas com manutenção e conservação de bens (237) (415) (577)
Despesas com viagens (161) (212) (232)
Despesas com acordo judicial (125) (225) (121)
Despesas de seguros (31) (50) (58)
Despesa de transporte (27) (69) (53)
Outras despesas (330) (658) (516)

	2021	2020
Total	(51.525)	(92.471)
		(33.152)

(a) Refere-se principalmente à:

(i) Apropriação de despesas com comissões por indicação e originação de operações de crédito no resultado para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 correspondem ao valor de R\$ 8.114 e R\$ 17.617 respectivamente (R\$ 6.236 em 2020).

(ii) As despesas incorridas a título de assessoria de cobrança para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, correspondem a R\$ 414 e R\$ 990 respectivamente (R\$ 435 em 2020);

(iii) As despesas incorridas no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, relativas a custos de repasse aos órgãos públicos, montam os valores de R\$ 502 e R\$ 936 respectivamente (R\$ 747 em 2020);

(iv) As despesas com administração de dados das carteiras de operação de crédito, para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, somam o valor R\$ 2.476 e R\$ 5.418 respectivamente (R\$ 2.337 em 2020);

(v) As despesas relativas a assessoria em recursos humanos, análise de crédito, análise de abertura de conta, ponto de atendimento e plataforma digital montam o valor de R\$ 5.900 e R\$ 10.870 respectivamente (R\$ 2.795 em 2020); e

(vi) Outras despesas pulverizadas, incorridas no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, correspondem ao montante de R\$ 980 e R\$ 1.282 respectivamente (R\$ 758 em 2020).

21 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2º Semestre/2021	2021	2020
Provisão para imposto de renda	-	-	(22)
Provisão para contribuição social	-	-	(22)
Total	-	-	(44)

Ativo fiscal diferido 12.255 18.879 1.819

Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (674) (1.469) 181

Total imposto de renda e contribuição social **11.581** **17.410** **1.978**

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2º Semestre 2021	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, juros sobre o capital próprio	(18.024)	(6.884)	31.354
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% (i)	8.111	3.442	(14.109)

efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:

Adições Temporárias (682) - (4.946)

Adições Permanentes (11) - (5)

Exclusões:

Equivalência 3.462 14.324 14.083

Provisões temporárias períodos anteriores - - 1.736

Despesas fiscais - - 2

Juros sobre capital próprio 1 1.400 2.123

Swap 674 - 1.209

Demais ajustes CSLL (5%) (ii) - (1.917) -

Outros 28 161 (11)

Imposto de Renda e Contribuição Social **11.581** **17.410** **(225)**

Imposto de Renda e Contribuições Social - correntes **(674)** **(1.469)** **159**

Imposto de Renda e Contribuições Social - Diferido **12.255** **18.879** **1.819**

(i) Alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e 25% para a contribuição social para as empresas financeiras e equiparadas a partir de julho de 2021 até dezembro de 2021, de acordo com a Lei 14.183/2021.

(ii) Conforme Lei 14.183/2021 a alíquota da CSLL a partir de julho de 2021, é de 25% (vinte e cinco por cento) até o dia 31 de dezembro de 2021 e 20% (vinte por cento) a partir de 1º de janeiro de 2022.

c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo inicial em 01/01/2021	Constituição	Reversão	Saldo final em 31/12/2021
Imposto de renda				
Prejuízo Fiscal	-	9.668	-	9.668
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.548	1.598	(830)	2.316
Provisão para contingências	89	16	(27)	78
Provisão MTM Swap	1.702	2.211	(3.027)	886
MTM Títulos e Valores Mobiliários	-	400	(165)	235
Outras provisões	255	140	(77)	318
Créditos Tributários de IRPJ	3.574	14.033	(4.126)	13.481

Contribuição social

Prejuízo Fiscal - - 7.734 - 7.734

Provisão para créditos de liquidação duvidosa 1.237 1.260 (646) 1.851

Provisão para contingências 55 10 (18) 47

Provisão MTM Swap 1.362 1.618 (2.271) 709

MTM Títulos e Valores Mobiliários 320 320 (132) 508

Outras provisões 204 101 (50) 255

Créditos Tributários de CSLL **2.858** **11.043** **(3.117)** **10.784**

Total de créditos tributários de IRPJ e CSLL **6.432** **25.076** **(7.243)** **24.265**

As diferenças temporárias relativas às: (i) provisões sobre as operações de crédito, cuja dedutibilidade se dará de acordo com os critérios definidos nas regras fiscais, tem expectativa de realização em sua totalidade até o exercício de 2024;

(ii) provisões para contingências pela sua natureza, espera-se que seja realizado até exercício de 2024; (iii) marcação a mercado está com data para ser consumido em 2023 e 2024 de acordo com os vencimentos dos títulos; (iv) estão

reconhecidos os créditos relativos às diferenças temporárias decorrentes de provisões para participação nos resultados, que serão realizados em sua totalidade em 2022; e (v) Pre

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Bari Companhia Hipotecária ("Hipotecária"), instituição financeira especializada em crédito imobiliário, em consonância com as disposições legais e estatutárias, estas representativas, apresenta o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, incluindo as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021.

As suas atividades estão reguladas, prioritariamente, pelas Resoluções CMN nº 2.122/94 e nº 4676/2018, tendo como principal campo de negócio os créditos imobiliários, representados, em especial, por: a) financiamentos para aquisição de imóveis; b) compra de recebíveis imobiliários; e c) operações creditícias com lastros em bens imóveis ("home equity"), todos com vinculação mediante o instituto de alienação fiduciária.

A Hipotecária integra o Conglomerado Prudencial Bari, liderado pelo Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., e suas operações/resultados constam do respectivo balanço consolidado, que envolve, além das duas entidades referenciadas acima, a Bari Securitizadora S.A., na forma da regulamentação em vigor. Esta última instituição se constituiu em parceira na emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), recebendo, via cessões, créditos originados nesta sociedade como lastros.

Destaque Operacional

Abaixo, informamos os saldos apurados de seus principais indicadores, de forma comparativa, com o exercício anterior, a demonstrar os ajustes realizados no período sob apreço, que resultaram no incremento de 16,5% de seu patrimônio líquido:

Período	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Carteira (R\$ Mil)	346.303	431.576
PL (R\$ Mil)	84.921	64.358
Lucro (R\$ Mil)	24.884	29.099
LCI (R\$ Mil)	304.218	378.608

As reduções experimentadas na carteira de créditos e nas emissões de LCIs ficaram por conta, em especial, das transferências de operações realizadas para a Bari Securitizadora para lastrearem emissões de CRIs e liquidações antecipadas de contratos por parte de clientes, em movimento acautelar derivado do contexto econômico recessivo, encorpando, em consequência, valores disponíveis para novos negócios.

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 6% do lucro líquido, conforme consta em cláusula do estatuto social. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme a política de distribuição de dividendos o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro. Os dividendos não obrigatórios são destinados através de ata da assembleia geral extraordinária do início do exercício seguinte ou por ata da próxima assembleia geral ordinária. Mais informações sobre dividendos e juros sobre capital próprio estão na nota explicativa 19.c.

Contexto Econômico-Financeiro

Nada obstante o cenário recessivo do exercício, em decorrência dos efeitos na economia da pandemia (Covid-19), a Hipotecária soube, ainda que de forma conservadora, administrar as dificuldades que se apresentaram, atendendo pleitos dos clientes em renegociações de créditos, com demandas abaixo das previsões iniciais, e mantendo em funcionamento as diversas áreas operacionais. Para alcançar esses objetivos, contou com significativa parcela do quadro funcional atuando em regime de "home office", com produtividade que superou as expectativas. Ao final do exercício, detectamos sinais positivos de recuperação do segmento de construção civil, que nos levaram a projetar uma evolução mais positiva de nossas operações.

Ambiente Digital

A Hipotecária também deu passos importantes na esfera digital, o que alavancou seus negócios, trazendo economias processuais e agilidade nos exames de propostas de concessões creditícias. O Conglomerado vem investindo em melhorias tecnológicas, agregando, paulatinamente, novos produtos à área digital, com o que se projeta alcançar outras categorias de clientes e maior volume de transações.

Agradecimentos

Pelas razões antes expostas, agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e, em especial, ao corpo de colaboradores que nos ajudaram na trajetória positiva que galgamos atinir.

Curitiba (PR), 24 de Março de 2022.
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2ºSemestre2021	31/12/2021	31/12/2020
Receitas da intermediação financeira		45.184	103.382	102.287
Operações de crédito		43.611	101.776	102.620
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.b	1.573	1.586	(111)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.b	-	-	(222)
Despesas da intermediação financeira		(20.998)	(39.638)	(32.102)
Operações de captação no mercado	9.b	(17.658)	(35.003)	(26.422)
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	6.c	(3.340)	(4.635)	(5.680)
Resultado bruto da intermediação financeira		24.186	63.724	70.185
Outras receitas/despesas operacionais		(13.431)	(27.864)	(26.112)
Receita de prestação de serviços	16	629	1.796	3.049
Despesas de pessoal		(2.268)	(4.712)	(4.243)
Outras despesas administrativas	17	(11.002)	(22.265)	(21.828)
Despesas tributárias	18	(1.213)	(3.305)	(3.704)
Outras receitas operacionais		2.391	2.905	1.454
Outras despesas operacionais		(1.968)	(2.283)	(840)
Resultado operacional		10.755	35.860	44.073
Resultado antes da tributação sobre o lucro		10.755	35.860	44.073
Imposto de renda e contribuição social	19	(2.547)	(10.976)	(14.974)
Provisão para imposto de renda		(1.804)	(7.769)	(9.561)
Provisão para Contribuição Social		(770)	(2.938)	(3.622)
Ativo fiscal diferido		27	(269)	(1.791)
Lucro Líquido		8.208	24.884	29.099
Quantidade de ações		31.700	31.700	31.700
Lucro ações		0,2589	0,7850	0,9179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2ºSemestre2021	2021	2020
Lucro Líquido do período	8.208	24.884	29.099
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(10)	(11)	(1)
Imposto de renda e contribuição social	(15)	(16)	(2)
Resultado abrangente total	8.198	24.873	29.098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 30 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2ºSem.2021	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre / exercício		8.208	24.884	29.099
Atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações		106	196	188
Resultados com derivativos		-	-	222
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		3.340	4.635	5.680
Provisão/(Reversão) para outros créditos diversos		(1.045)	(1.045)	30
Provisão/(Reversão) para outros valores e bens		(851)	345	888
Reversão Depreciação e amortização		-	-	(36)
Provisão/(Reversão) para riscos cíveis		48	314	(81)
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes		2.574	10.707	13.020
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(27)	269	1.955
Participação dos empregados		147	337	329
(Aumento) / redução nos ativos operacionais:				
TVM e instrumentos financeiros derivativos		(11.224)	2.923	(10.849)
Operações de crédito		46.454	80.839	9.760
Outros créditos		(1.073)	(7.405)	(301)
Outros valores e bens		1.394	1.723	(120)
Aumento / (redução) nos passivos operacionais:				
Depósitos interfinanceiros		-	-	(40.386)
Recursos de letras de crédito imobiliário		(47.593)	(74.390)	8.174
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	(2.432)
Cobrança e arrecadação de títulos semelhantes		133	246	(133)
Obrigações sociais e estatutárias		29	(171)	(818)
Obrigações fiscais e previdenciárias		(138)	(11.812)	357
Outras obrigações		920	3.138	(13.811)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.525)	(3.666)	(7.583)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) / gerado nas atividades operacionais		(123)	32.067	(6.848)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições ao imobilizado		(95)	(165)	(18)
Adições ao intangível		-	(81)	(310)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(95)	(246)	(328)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de dividendos	14.d	(2.906)	(2.906)	(620)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		(2.906)	(2.906)	(620)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(3.124)	28.151	(7.796)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/ exercício	4	49.105	17.066	24.862
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/ exercício	4	45.982	45.982	17.066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020		Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				Passivo			
Circulante		137.622	136.432	Circulante		105.431	111.112
Disponibilidades		883	216	Recursos de aceites e emissão de títulos	9.a	80.345	86.666
Instrumentos financeiros	4	133.142	124.866	Recursos de letras de imobiliárias, hipotecárias de crédito e similares		80.345	86.666
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		56.312	30.976				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	45.099	16.850				
Carteira própria	5.a	11.213	14.126	Outras obrigações		25.086	24.446
Operações de crédito	6	76.830	93.892	Cobrança e arrecadação de títulos semelhantes			252
Operação de crédito - Setor privado	6.a.b	80.725	97.547	Sociais e estatutárias	10	4.030	2.456
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	6.c	(3.895)	(3.655)	Fiscais e previdenciárias	11	7.334	12.105
Outros ativos financeiros	7	1.206	1.039	Diversas	12	13.470	9.879
Outros ativos financeiros		1.223	1.039				
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(17)	-	Não circulante		230.423	298.630
Outros ativos	8	2.391	10.309	Exigível a longo prazo		230.423	298.630
Outros ativos		2.542	11.197				
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(151)	(888)	Recursos de aceites e emissão de títulos	9.a	223.873	291.942
Lucro líquido		283.153	337.666	Recursos de letras de imobiliárias, hipotecárias de crédito e similares		223.873	291.942
Realizável a longo prazo		282.006	336.571	Outras obrigações		6.550	6.688
Operações de crédito	6	258.652	327.064	Diversas	12	6.550	6.688
Operação de crédito - Setor privado	6.a.b	265.578	334.029				
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	6.c	(6.926)	(6.965)	Patrimônio Líquido	14	84.921	64.358
Créditos tributários	18.c	6.051	6.315	Capital	14.a	45.000	31.700
Outros ativos financeiros	7	73	940	De Domiciliados no país	14.b.c	39.932	32.659
Outros ativos financeiros		103	2.015	Reservas de lucros		(11)	(1)
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(30)	(1.075)	Ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado			
Outros ativos	8	17.230	2.252				
Outros ativos		18.041	2.967				
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(811)	(715)				
Permanente		1.147	1.097				
Imobilizado de uso		405	334				
Outras imobilizações de uso		722	572				
(Depreciações acumuladas)		(317)	(238)				
Intangível		742	763				
Ativos intangíveis		1.019	938				
(Amortização acumulada)		(277)	(175)				
Total do ativo		420.775	474.100	Total do passivo		420.775	474.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Especial	Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020		20.000	11.700	2.014	3.204	-	-	36.918
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(1)	-	(1)
Aumento de capital		11.700	(11.700)	0	0	-	29.099	29.099
Lucro líquido do exercício		0	0	0	0	-	29.099	29.099
Destinações:								
Constituição de reserva legal	14.e	-	-	1.455	-	-	(1.455)	-
Dividendos propostos	14.e	-	-	-	-	-	(1.659)	(1.659)
Constituição de reserva especial de lucros		-	-	-	25.986	-	(25.986)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		31.700	-	3.469	29.190	-	-	64.359
Mutações do período		(11.700)	11.700	(1.455)	(25.986)	1	-	(27.441)
Saldos em 01 de julho de 2021		31.700	13.300	4.303	30.782	-	-	80.085
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(11)	-	(11)
Aumento de capital		13.300	-	-	(13.300)	-	8.208	8.208
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	8.208	8.208
Destinações:								
Constituição de reserva legal	14.e	-	-	565	-	-	(565)	-
Constituição de reserva especial de lucros	14.e	-	-	4.282	-	-	(4.282)	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	(273)	(273)
Distribuição de Juros sobre capital próprio	14.e	-	-	-	-	-	(3.088)	(3.088)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		45.000	13.300	9.150	17.482	(11)	-	84.921
Mutações do período		(13.300)	-	(4.847)	13.300	11	-	(4.836)
Saldos em 01 de janeiro de 2021		31.700	-	3.469	29.190	(9)	-	64.358
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(9)	-	(9)
Aumento de capital		13.300	-	-	(13.300)	-	24.884	24.884
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	24.884	24.884
Destinações:								
Constituição de reserva legal	14.e	-	-	1.399	-	-	(1.399)	-
Constituição de reserva especial de lucros	14.e	-	-	-	19.173	-	(19.173)	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	(1.224)	(1.224)
Distribuição de Juros sobre capital próprio	14.e	-	-	-	-	-	(3.088)	(3.088)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		45.000	-	4.868	35.063	(10)	-	84.921
Mutações do exercício		(13.300)	-					

Equipamentos de informática	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%
Sistema de transporte	20%

g. Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas anuais como segue:

Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	20% e 25%
---	-----------

O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo intangível não superam seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.

h. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro-rata" dia).

i. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

j. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia.

k. Recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia.

l. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

• **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

• **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

• **Provisões** - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

• **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.

• **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

m. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos, e a contribuição social é constituída à alíquota-base de 9% do lucro tributável, conforme legislação em vigor.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financiera espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

n. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 em seu artigo 34 e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Companhia assume-se que o lucro líquido da Companhia no semestre e exercício de 2021, no montante de R\$ 8.208 e R\$ 24.884 respectivamente (R\$ 17.930 e R\$ 29.099 em 2020), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

o. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações.

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	12	1
Depósitos bancários	871	215
Total de disponibilidades	883	216

Operações compromissadas - Posição bancada

	45.099	16.850
Letras do Tesouro Nacional	45.099	16.850

Total de caixa e equivalentes de caixa

	45.982	17.066
--	--------	--------

As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	2021	2020
Tx.	9,15% a.a.	45,099
Curto Prazo	1,90% a.a.	16,850
Total	45,099	16,850

5 Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos**a) Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda**

	2021	2020	
Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado

Letra Financeira do Tesouro (a)	01/03/2023	11.213	11.229	(16)
Total		11.213	11.229	(16)

	2020	2020	
Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado

Letra Financeira do Tesouro (a)	01/03/2021	14.126	14.128	(2)
Total		14.126	14.128	(2)

(a) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

b) Resultado com aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

	2º sem/2021	2021	2020
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	1.730	2.111	482
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(157)	(525)	(593)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	(221)	(221)
Total	1.573	1.586	(333)

6 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação:**

	2021	2020	
Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição

Tipo de operação:			
Financ. Imob. não Resid. Aquisição	25.782	7,45%	21.839
Financ. Imob. Resid. Reforma e Ampliação	2.805	0,81%	3.339
Financ. Imob. Resid. Aquisição	63.142	18,23%	85.148
Empréstimo com garantia imobiliária	254.573	73,51%	321.250
Total	346.303	100,00%	431.576

	80.725	97.547
Circulante	80.725	97.547
Não Circulante	265.578	334.029

Os imóveis financiados são alienados fiduciariamente em favor da Companhia.

b) Prazo de realização das parcelas

	2021	2020
A vencer		
Até 3 meses	19.069	24.521
De 3 meses a 12 meses	56.031	69.011
De 1 a 3 anos	155.243	190.890
De 3 a 5 anos	53.238	122.044
De 5 a 15 anos	55.975	21.002
Acima de 15 anos	1.122	93
Total a vencer	340.678	427.561

	5.625	4.015
Vencidos	5.625	4.015

Total	346.303	431.576
Circulante	80.725	97.547
Não Circulante	265.578	334.029

c) Provisão para perdas em operações de crédito**Movimentação da provisão para perdas em operações de crédito**

	2º Sem/2021	2021	2020
Saldo no início do período/exercício	(10.006)	(10.620)	(8.479)
Constituição líquido de reversões	(3.340)	(4.635)	(5.680)
Créditos baixados para prejuízo	2.525	4.434	3.539
Saldo final do período / exercício	(10.821)	(10.821)	(10.620)
Circulante	(3.895)	(3.895)	(3.655)
Não Circulante	(6.926)	(6.926)	(6.965)

Foram registrados na rubrica contábil "recuperação de créditos baixados como prejuízo", no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 3.329 e R\$ 5.338 respectivamente (R\$ 1.939 em 2020).

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, as operações de crédito refinanciadas totalizaram R\$ 5.516 e R\$ 28.286, respectivamente (R\$ 24.731 em 2020). Estas operações estão classificadas de acordo com a Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

e) Composição da carteira e provisão para perdas em operações de crédito, por rating

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

	Setor		Exercício 2021		Exercício 2020	
Nível	Situação	% de Provisão	Indústria	Comércio	Serviços	Pessoa Física

AA	Normal	0,00%	-	-	13.451	13.451
AA	Normal	0,50%	18.715	6.358	-	-
B	Normal	1,00%	-	17	3.866	65.135
	Vencido	-	-	-	352	11.444
C	Normal	3,00%	-	-	156	25.279
	Vencido	-	-	-	1.300	18.147
D	Normal	10,00%	-	-	-	837
	Vencido	-	-	-	-	6.684
E	Normal	30,00%	-	-	-	-
	Vencido	-	-	-	35	197
F	Normal	50,00%	-	-	-	-
	Vencido	-	-	-	-	2.638
G	Normal	70,00%	-	-	-	-
	Vencido	-	-	-	-	30
H	Normal	100,00%	-	-	-	-
	Vencido	-	-	-	-	2.181
Total			18.715	6.410	5.879	315.299

	346.303	(10.821)	431.576	(10.620)
Circulante	80.725	(3.895)	97.547	(3.655)
Não Circulante	265.578	(6.926)	334.029	(6.965)

f) Cessão de crédito

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia adquiriu créditos de terceiros, no montante de R\$ 8.581 (não houve aquisição em 2020). Para o saldo da carteira oriunda deste tipo de negociação, para o semestre e exercício em questão, a Companhia auferiu renda no montante de R\$ 2.984 e R\$ 6.118 respectivamente (R\$ 6.484 no exercício de 2020). Estas operações foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia alienou parte da carteira de crédito por intermediação e estruturação pela parte relacionada, Bari Securitizadora S/A, através do patrimônio separado, para emissão de CRI no montante de R\$ 9.750 e R\$ 15.256 respectivamente, (R\$ 30.199 em 2020). Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, e também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

7 Outros ativos financeiros

	2021	2020
Circulante		
Adiantamentos e antecipações salariais	154	179
Impostos a compensar	88	22
Devedores para compra de valores e bens (a)	672	471
Devedores diversos (b)	309	347
Outros	(17)	20
Provisão para perda esperada associada ao risco e crédito	(17)	20
Total	1.206	1.039

Não circulante

Devedores por depósito em garantia	73	14
Devedores para compra de valores e bens (a)	-	926
Títulos sem características de concessão de crédito (c)	30	1.075
Provisão para perda esperada associada ao risco e crédito	(30)	(1.075)
Total	73	940

(a) Referem-se a valores de venda de imóveis, arrematados através de leilão e/ou negociações próprias de forma parcelada no montante de R\$ 672 (R\$ 1.397 em 2020).

(b) Os valores inscritos em "Devedores diversos" estão representados por:

b.1. valores relativos a baixa de parcelas pendentes, que serão recebidas no dia útil seguinte no montante de R\$ 212 (R\$ 131 em 2020);

b.2. R\$ 97 referente a valores a ressarcir de pagamentos de custas e emolumentos para a retomada de imóveis (R\$ 195 em 2020); e

(c) R\$ 30 refere-se a operação não reconhecida pela contraparte (R\$ 1.075 em dezembro de 2021). A administração considerou provável para perda na sua totalidade. A redução do saldo apresentado em 2021 foi em virtude de recuperação do ativo provisionado.

8 Outros ativos

O saldo do subgrupo "Outros valores e bens" está composto por bens não de uso e despesas antecipadas conforme segue:

	2021	2020
Circulante		
Despesas antecipadas - Seguros	1	1
Despesas antecipadas - Serviços de terceiros	79	-
Ativos não financeiros recebidos (a)	2.462	11.196
(-) redução ao valor recuperável	(151)	(888)
Total	2.391	10.309

Não circulante

Ativos não financeiros recebidos (a)	18.041	2.967
(-) redução ao valor recuperável	(811)	(715)
Total	17.230	2.252

(a) Tratam-se de valores de consolidação de propriedade (execução da garantia com a retomada de imóveis). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram executados R\$ 14.304, somando o saldo total de valores em bens não de uso no montante de R\$ 20.503 (R\$ 14.163 em 2020). Durante o exercício foram realizados laudos de avaliação destes imóveis com o objetivo de refletir corretamente o valor recuperável desses ativos. Em 31 de dezembro de 2021, o montante registrado a título de redução ao valor recuperável é de R\$ 962 (R\$ 1.603 em 2020). Os critérios de classificação dos ativos não financeiros recebidos, para curto e longo prazo, são através de identificação da impossibilidade de venda do bem, seja por liminar judicial ou imóvel ocupado.

9 Recursos de letras de crédito e demais instrumentos financeiros**a. Recursos de letras de crédito imobiliários e similares**

	2021	2020		
Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total

	14.488	65.857	223.873	304.218	378.608
Circulante	80.345	86.666	223.873	291.942	
Não circulante					

b. Resumo da composição das despesas de captação no mercado:

	2021	2020
2º semestre	Exercício	Exercício

Despesa de depósitos interfinanceiros	-	(50)	(535)
Despesas de letras de crédito imobiliário	(17.462)	(34.539)	(25.410)
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	(196)	(414)	(477)
Total	(17.658)	(35.003)	(26.422)

10 Obrigações sociais e estatutárias

	2021	2020
Circulante		
Dividendos a pagar	1.224	2.286
Juros sobre capital próprio a pagar	2.625	-
Participação nos resultados a pagar	181	170
Total	4.030	2.456

11 Obrigações fiscais e previdenciárias

	20
--	----

dará de acordo com os critérios definidos nas regras fiscais, tem expectativa de realização em sua totalidade até o exercício de 2024; (ii) provisões para contingências pela sua natureza, espera-se que seja realizado até 2024; (iii) marcação a mercado está com data para ser consumida em 2023, de acordo com o vencimento do título e; (iv) estão reconhecidos os créditos relativos às diferenças temporárias decorrentes de provisões sobre pagamentos de participação nos resultados, que serão realizados em sua totalidade em 2022.

	2022	2023	2024	TOTAL
Crédito Tributário de Imposto de Renda				
Diferenças Temporárias	2.906	552	991	4.449
Valor Presente	2.654	460	755	3.869

	2022	2023	2024	TOTAL
Créditos Tributários de Contribuição Social				
Diferenças Temporárias	1.046	199	357	1.602
Valor Presente	955	166	272	1.393

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de captação anual de 109,52%.

20 Estrutura de gerenciamento de riscos

Na forma da regulamentação vigente, as atividades de gerenciamento de risco encontram-se centralizadas no Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. ("Banco"), líder do conglomerado Financeiro Bari e controladora da Bari Companhia Hipotecária. Assim, as disposições próprias são aplicáveis às duas entidades acima citadas.

A seguir, os principais fatores da Companhia dos riscos elencados que afetam os negócios da companhia:

(i) Risco de crédito

Os procedimentos para gerenciamento do Risco de Crédito do conglomerado envolvem a avaliação de clientes e contrapartes para concessão de créditos, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos operacionais para concessão e recuperação de créditos, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos produtos que ofereçam riscos da espécie. Visando a mitigação, os limites são aprovados por Comitê de Crédito e revisados regularmente, em conjunto com o exame da suficiência das garantias oferecidas.

Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos e limites de alçadas para aprovação de operações de crédito e/ou renegociação.

(ii) Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação, monitoramento e controle de riscos oriundos de sistemas informatizados ou manuais, pessoas, processos de fraudes internas e externas. A gestão de risco operacional é efetuada através da análise dos principais processos, identificando riscos e sugerindo respectivos controles mitigadores, utilizando um sistema de controles internos e mensuração de ameaças, que também permite avaliações periódicas dos controles pelos próprios gestores de cada processo, assim como planos de ação. Visando à segurança de todos os procedimentos em execução no conglomerado, a área de Risco operacional tem estreita ligação com a área de Segurança de Informação. Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Insera-se, também, neste contexto, a metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem Padronizada Alternativa.

(iii) Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações do conglomerado e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. Os procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência estão formalizados nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN) e anualmente são realizados testes e/ou simulações de eventos enquadráveis nesse escopo, nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

(iv) Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado, identificados como aqueles decorrentes das captações e aplicações de recursos financeiros, representados por títulos registrados em centrais de liquidação devidamente autorizadas para tanto, envolvendo recursos de terceiros e próprios, no que tange às variações ditadas por índices de preços e taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional.

Desta forma, objetiva embasar decisões estratégicas do conglomerado com grande agilidade e alto grau de confiança. Por outro lado, o conglomerado emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a tal risco, com diversificação e seleção criteriosa de investimentos.

(v) Risco de liquidez

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade do conglomerado não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportadas ao Diretor Superintendente as projeções de fluxo de caixa, níveis de ativos, as necessidades de tomadas de financiamentos, bem como qual informação relevante para o bom gerenciamento de liquidez, as quais balizam as estratégias de captação e de aplicação de recursos próprios de forma a garantir um nível adequado de liquidez e a segurança do seu capital. Este controle contempla também a análise de eventuais descasamentos no tempo entre ativos e passivos e consequentes ajustes necessários para seu ajuste, incluindo a realização de swaps.

O conglomerado conta com um Plano de Contingência de Liquidez que contempla as estratégias e procedimentos a serem executados em situação de crise.

(vi) Risco de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pelo conglomerado para fazer face aos riscos a que está exposto, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos e necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basileia, em conformidade com o ambiente normativo regulatório. De forma geral, todos os riscos antes abordados têm decorrencia no eficaz gerenciamento de capital, de maneira à manutenção da liquidez do patrimônio da sociedade.

Em complemento ao afirmado no parágrafo anterior, o conglomerado realiza testes de estresse (análise de

sensibilidade), aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que o levem a suportar os efeitos assim levantados, mesmo em cenários adversos.

(vii) Risco Socioambiental

A gestão do Risco Socioambiental estabelece princípios, diretrizes e procedimentos e define ações mitigadoras para avaliações específicas sobre a exposição aos riscos relacionados à aspectos sociais (trabalho escravo, proteção a menores em atividades laborais, etc...) e, também, responsabilidade socioambiental nos negócios e produtos ofertados pelo conglomerado, incluindo a concessão de crédito e até mesmo a contratação de serviços terceirizados ou fornecedores. As diversas modalidades de contratos gerados no Banco apresentam cláusulas específicas para prevenir inobservâncias aos preceitos que regem a matéria.

Ressaltamos que o risco socioambiental, consoante o prescrito no art. 5º da Resolução CMN nº 4327/2014, está presente no gerenciamento dos demais riscos, a saber:

"O risco socioambiental deve ser identificado pelas instituições mencionadas no art. 1º (instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil) com um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas."

21 Outras informações

Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia) conglomerado

A Companhia detém capital social de R\$ 45.000 (quarenta e cinco milhões de reais), totalmente subscrito, acima do nível mínimo exigido pelas Autoridades Monetárias para as Sociedades da espécie, consoante o prescrito na Resolução CMN nº 2.099/94, Regulamento Anexo II, art. 1º, "caput" e parágrafo primeiro, e em montante adequado para alavancar as suas operações no corrente exercício. O acionista controlador está representado pelo Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., com 99% do total das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este Índice de Basileia, em dezembro de 2021, foi de e está apresentado de forma combinada nas demonstrações financeiras do seu controlador, Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

* * *	
Diretoria	
RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO Diretor Presidente	IVALDO LEANDRO PERUSSOLO Diretor Superintendente
MATEUS VARGAS FOGAÇA Diretor Executivo	EDUARDO ZAGONEL NEVES Diretor Executivo
RESPONSÁVEL TÉCNICA Cristiane Aparecida Damrat Contadora CRC PR 063966/O-2	

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Bari Companhia Hipotecária

Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Bari Companhia Hipotecária ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bari Companhia Hipotecária em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

— Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

— Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

— Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

— Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

— Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 24 de Março de 2022
KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6-F-PR

Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP- 271754/O-9

MOINHO CURITIBANO S.A.

CNPJ 76.483.833/0001-12 - NIRE 4130004656-5

AVISO AOS ACIONISTAS

Informamos aos Srs. Acionistas que se encontram à disposição dos mesmos, na sede da Companhia, os documentos a que se refere o Artigo 133, da Lei das Sociedades por Ações, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2021. Curitiba/PR, 23 de março de 2022.
(a) Licia Barbosa Nicolau - Diretora Geral. (28/29/30)

CESBE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF N.º 09.438.590/0001-03

AVISO

Comunicamos aos Senhores Acionistas desta Empresa que se acham à sua disposição, em nossa Sede Social, sita à Rua João Negrão, 2226, 1º andar, nesta Capital, os documentos a que se refere o artigo n.º 133 da Lei N.º 6404, de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Curitiba, 15 de março de 2022. Erik Alexander Jenichen Diretor de Controladoria.

CESBE S.A. ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS

CNPJ/MF N.º 76.487.222/0001 42

AVISO

Comunicamos aos Senhores Acionistas desta Empresa que se acham à sua disposição, em nossa Sede Social, sita à Rua João Negrão, 2226, nesta Capital, os documentos a que se refere o artigo n.º 133 da Lei N.º 6404, de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Curitiba, 15 de março de 2022. Jacqueline Iversen de Loyola e Silva, Diretora Geral.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas da HI CAPITAL INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A, sociedade por ações de capital fechado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 32.304.477/0001-57, para comparecer à Assembleia Geral Ordinária, que será realizada de modo digital, nos termos do art. 121, parágrafo único, da Lei nº 6.404/1976, bem como nos termos da Instrução Normativa DREI nº 79/2020, por meio de plataforma de endereço <https://www.zoom.us/>, às 10 (dez) horas, em primeira convocação, no dia 27/04/2022, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) tomar as contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021; (ii) discutir e votar as demonstrações financeiras e contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2021; (iii) discutir e votar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2021; e (iv) eleição dos membros do Conselho de Administração. Informações Gerais: 1. Os documentos relacionados à ordem do dia estão disponíveis aos acionistas na sede da Companhia, e uma cópia dos documentos será enviada aos senhores por e-mail. 2. O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado com no mínimo 48 horas de antecedência por e-mail aos acionistas, nos termos do Acordo de Acionistas. No caso de desejar ser representado por procurador na Assembleia, a respectiva procuração deverá ser enviada com antecedência de 03 (três) dias à realização da Assembleia, por via digital aos administradores da Companhia. 3. O voto será exercido durante a participação no conclave digital, ou por meio de boletim de voto à distância, enviado diretamente ao acionista mediante solicitação por e-mail. 4. As demais instruções para participação serão encaminhadas aos senhores por e-mail, conforme Acordo de Acionistas da Companhia.

Curitiba/PR, 23 de Março de 2022.
Joao Guilherme Del Valle - Diretor Presidente.



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2022

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: <https://www.diarioinduscom.com.br/conteudo/publicidade-legal>

